



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0009798-19.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato**
 Documento de Origem: **IP - 129/2012 - 3º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Jose Alves**
 Vítima: **Aparecida Valentina Perruchi Roberto**

Aos 07 de abril de 2015, às 13:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu Jose Alves, acompanhado de defensor ad hoc, o **Drº Vegler Luiz Mancini**. A seguir foi ouvida a vítima, uma testemunha de acusação e interrogado o réu. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a DRA. PROMOTORA:** "MM. Juiz: **JOSE ALVES**, qualificado a fls.54, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 171, "caput", do CP, porque no dia 27 de fevereiro de 2012, por volta de 13H50, na Rua Episcopal, s/nº, no interior do estabelecimento bancário Santander, em São Carlos, obteve para si, vantagem ilícita em prejuízo de Aparecida Valentina Perruchi Roberto, induzindo-o em erro, mediante artifício e ardil, dela recebendo o valor aproximado de R\$1.5000, conforme depósito de fls. 05. O réu ligou para a vítima se fazendo passar por um sobrinho que teria sofrido um acidente e que necessitava de R\$ 1.500,00. Requeveu o valor fosse depositado na conta nº 3301-01-4276-5, em nome de Jose Alves. Assim, enganada pelo réu, a vítima acreditando estar ajudando seu sobrinho, realizou o depósito requerido. Considerando a palavra da vítima, os dois relatos, negando ser do réu a voz que para ela telefonou e pediu dinheiro, e considerando que o policial civil também não apresentou evidência segura de autoria, requeiro absolvição por insuficiência de provas. **Dada a palavra à DEFESA:** "MM. Juiz: Em comum com o Ministério Público, requeiro absolvição por insuficiência de provas. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:** "VISTOS. JOSE ALVES, qualificado a fls.54, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 171, "caput", do CP, porque no dia 27 de fevereiro de 2012, por volta de 13H50, na Rua Episcopal, s/nº, no interior do estabelecimento bancário Santander, em São Carlos, obteve para si, vantagem ilícita em prejuízo de Aparecida Valentina Perruchi Roberto, induzindo-o em erro, mediante artifício e ardil, dela recebendo o valor aproximado de R\$1.5000, conforme depósito de fls. 05. O réu ligou para a vítima se fazendo passar por



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

um sobrinho que teria sofrido um acidente e que necessitava de R\$ 1.500,00. Requereu o valor fosse depositado na conta nº 3301-01-4276-5, em nome de Jose Alves. Assim, enganada pelo réu, a vítima acreditando estar ajudando seu sobrinho, realizou o depósito requerido. Recebida a denúncia (fls.77 vº), foi o réu citado e apresentou defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.105). Nesta audiência, foi ouvida a vítima e uma testemunha de acusação. Nas alegações finais as partes pediram absolvição. **É o Relatório. Decido.** Como bem observado pelo Ministério Público, “Considerando a palavra da vítima, os dois relatos, negando ser do réu a voz que para ela telefonou e pediu dinheiro, e considerando que o policial civil também não apresentou evidência segura de autoria, requeiro absolvição por insuficiência de provas.”. De fato, não suficiente prova de autoria, sendo de rigor a absolvição. Ante o exposto, julgo **IMPROCEDENTE** a ação e **absolvo** José Alves, com fundamento no artigo 386, VII, do CP. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Transitada em julgado, ao arquivo. Eu, Camila Laureano Sgobbi, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

advogado:

Ré(u):